

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

**ENTRE A BELEZA DO OCEANO ATLÂNTICO E O “MAR DE CANA”:
OS ASSENTAMENTOS DA REFEORMA AGRÁRIA PODEM SER UMA
ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NA MATA SUL DE PERNAMBUCO?**

LUCIA MARIA DE LIRA E SILVA

ORIENTADOR: PROF. PABLO SIDERSKY

**CAMPINA GRANDE - PB
DEZEMBRO/2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

**ENTRE A BELEZA DO OCEANO ATLÂNTICO E O “MAR DE CANA”:
OS ASSENTAMENTOS DA REFEORMA AGRÁRIA PODEM SER UMA
ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NA MATA SUL DE PERNAMBUCO?**

LUCIA MARIA DE LIRA E SILVA

Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para cumprimento às exigências de obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Rural sustentável sob orientação do Prof. Dr. Pablo Sidersky.

**CAMPINA GRANDE - PB
NOVEMBRO/2007**



S586e Silva, Lucia Maria de Lira e.

Entre a beleza do oceano atlântico e o "mar da cana": os assentamentos da reforma agrária podem ser uma alternativa sustentável na Mata Sul de Pernambuco? / Lucia Maria de Lira e Silva. - 2007.

46 f.

Orientador: Professor Dr. Pablo Renato Sidersky.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos da reforma agrária. 3. Mata Sul de Pernambuco. 4. Desenvolvimento territorial. 5. Movimentos sociais no território. 6. Pernambuco - Mata Sul. 7. Assentamento Serra D'água - Rio Formoso - PE. 8. Desenvolvimento rural sustentável. I. Título. II. Sidersky, Pablo Renato.

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

LUCIA MARIA LIRA E SILVA

Banca examinadora da monografia:

Prof. Pablo Sidersky

Prof. Jairo Bezerra

Profa. Nilda

DEDICATORIA

A MINHA FÁMILIA, PELO APOIO E COMPREENSÃO, AOS PROFESSORES PELA DEDICAÇÃO ESTÍMULO, E AOS COLEGAS PELA SOLIDARIEDADE E INTERAÇÃO QUE ME FORTALECEU NA PERMANENCIA.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grata:

À Secretaria de Desenvolvimento Territorial, pelo empenho para a realização do convenio que viabilizou o curso.

À FETAPE haver permitido o meu afastamento do trabalho para dedicação ao estudo durante as aulas presenciais ,sem prejuízos nos salários.

A todas e todos os meus colegas pelo prazeroso convívio, em especial ao meu colega de Turma e de Trabalho Marcos Couto.

Aos meus Familiares mais próximos, que tiveram muita tolerância e carinho comigo.

A Todas e todos pelos estímulos, pela compreensão e paciência comigo.

Muito obrigada! Só cheguei até aqui porque recebi apoio de vocês.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária do município de Rio Formoso.

Tabela 2 - uso atual do solo.

Tabela 3 - Infra-estrutura por ordem de prioridade.

Tabela 4 - Origem das famílias Assentadas.

Tabela 5 - Distribuição da população por faixa etária e posição na família.

Tabela 6 – População assentada por faixa etária e nível de instrução.

Tabela 7 – Créditos concedidos e beneficiários(as).

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CERBMA - Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

CIAT - Centro Internacional de Agricultura Tropical

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores(as) na Agricultura

CPRH - Companhia de Recursos Hídricos de Pernambuco

FETAPE - Federação dos Trabalhadores(as) na Agricultura do Estado de Pernambuco

FUNTEPE - Funcionários da Unidade Técnica do Fundo de Terras de Pernambuco

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IPA - Instituto de Pesquisa Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LAMEPE - Laboratório Meteorológico de Pernambuco

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

PROALCOOL - Programa Brasileiro de Alcool

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terra e de estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste

PROMATA - Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
PAPÍTULO 1 – O CONTEXTO	10
1.1 – O Território da Mata Sul de Pernambuco	
1.2 – Primeiras Tentativas de Implantar outra Forma de agricultura	
1.3 – As Desapropriações Recentes e a influência dos Movimentos Sociais no Território	
CAPITULO 2 – A NOSSA PESQUISA.....	14
2.1 – Os Objetivos	
2.2 – As Perguntas de Pesquisa	
2.3 – Sobre a Metodologia	
CAPÍTULO 3 – ASSENTAMENTOS RURAIS DA MATA SUL:.....	15
Estratégias de desenvolvimento Territorial	
3.1 – Perfil do Assentamento Serra D'água	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
ANEXOS.....	29

RESUMO

Este estudo realizado no assentamento de reforma agrária Serra D'água, localizado no município de Rio Formoso, Mata Sul de Pernambuco trata da influência de assentamentos rurais e da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de um território onde predomina a monocultura açucareira. Aponta as estratégias dos trabalhadores assentados para o desenvolvimento do assentamento e a melhoria da qualidade de vida de suas famílias. Analisa os processos históricos e sociais que deram origem aos assentamentos rurais em territórios tradicionalmente vinculados a monocultura e o latifúndio. Para coleta de dados foi utilizado um levantamento bibliográfico, um questionário aplicado a uma pessoa de cada família assentada e visitas ao assentamento para observação e participação em reuniões. Busca-se contribuir para reflexão a cerca da importância dos assentamentos rurais e das possibilidades dos mesmos virem a ser um instrumento eficaz, para a construção da cidadania dos sujeitos envolvidos na luta por reforma agrária.

Palavras chave: território, assentamento, agricultura, desenvolvimento, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado do estudo-investigação que foi realizado durante o Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural numa parceria entre a UFCG e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A motivação para realizar este estudo tem origem numa longa experiência profissional como educadora popular, atuando junto ao Movimento Sindical de Trabalhadores(as) Rurais do Estado de Pernambuco. As leituras e debates acadêmicos ampliaram a nossa visão a cerca dos impactos e conflitos entre agricultura empresarial e agricultura familiar, enquanto o contato com os assentamentos estimulou a necessidade de reflexão sobre as políticas públicas que, serão necessárias para acelerar o desenvolvimento rural sustentável, como estratégia eficaz para redução das desigualdades sociais, concentração de renda e poder, e combata a miséria que permeia o Território.

Esta pesquisa pretende observar e analisar o papel da Agricultura Familiar que existe atualmente nas áreas de assentamento da Reforma Agrária, implantadas num território que historicamente teve como base econômica principal a indústria sucro-alcooleira, estruturada na forma de grandes propriedades e da monocultura da cana de açúcar. Esperamos ajudar a entender o papel que estes assentamentos podem ter enquanto via alternativa para o desenvolvimento rural da região, tornando-o mais sustentável quando comparado com aquilo que existe atualmente.

Se conseguirmos fazer isto, certamente estaremos contribuindo para qualificar a reflexão e o debate, no qual estão inseridos agricultores e componentes da CIAT do Território, sobre as políticas públicas que são necessárias para acelerar o desenvolvimento rural sustentável como estratégia eficaz na redução das desigualdades sócias, concentração de renda e poder, e no combate pobreza e miséria que permeia o Território. Servirá, ainda para aumentar os conhecimentos científicos sobre a realidade presente no Assentamento Serra da Água no Município de Rio Formoso –PE

CAPITULO I – O CONTEXTO

1. 1 – O Território da Mata Sul de Pernambuco

O Território da Mata Sul, ou mata Meridional como é chamado por alguns, é formado por vinte e três municípios. São eles: Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Cabo de Santo Agostinho, Catende, Cortez, Chã Grande, Escada, Gameleira, Ipojuca, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, Palmares, Primavera, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Serinhaém, Tamandaré e Xexéu. Limita-se ao norte com os Municípios de Gloria de Goitá e Chã de Alegria e a região metropolitana de Recife, ao sul como Estado de Alagoas, ao leste com o oceano Atlântico e a região metropolitana de Recife, ao oeste com as regiões do Agreste Central e do Agreste Meridional de Pernambuco. Como os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca têm áreas urbanas bastante populosas e distritos industriais, eles vêm sendo incluídos na Região Metropolitana do Recife. Porém ambos os municípios têm uma área rural bem maior que a urbana, e uma situação geográfica e sócio-econômica idêntica àquela dos outros municípios que compõem Território da Mata Sul. Portanto, quando nos referimos a estes municípios, estaremos nós reportando à zona rural dos mesmos.

O território em estudo abrange uma área de 5.205,6 km², o que corresponde a 5,26 % do território pernambucano. Segundo o censo populacional do IBGE, em 2004, ele possuía uma população de 638.171 habitantes, o que corresponde a 8,70 % da população do Estado. Apresenta uma densidade geográfica de 122,5 pessoas por km². Desse contingente populacional, a população urbana é de 416.900 habitantes (65,3%), enquanto 221.271 habitantes (34,7%) encontram-se nas áreas rurais.

A maioria dos municípios que compõem o território tem uma população menor que 50.000 habitantes.

O Território tem um clima quente e úmido, com uma estação chuvosa que vai de março a setembro aproximadamente. Segundo o LAMEPE (Laboratório Meteorológico de Pernambuco – www.itep.br/meteorologia/lamepe), a microrregião da Mata Sul tem os maiores índices pluviométricos do Estado de Pernambuco, superando os índices das microrregiões vizinhas. Assim, por exemplo, em Catende (município da Mata Sul, próximo de Rio Formoso) chove, em média, 1.630 mm por ano. Predominam os latossolos - isto é, um tipo

solo argiloso popularmente conhecido como 'massapé' - existindo água subterrânea a pouca profundidade. Vários municípios que compõem o território da mata Sul são cortados pelas bacias hidrográficas dos Rios Ipojuca, Una e Sirinhaém.

Observam-se também alguns restos da cobertura vegetal originária – a mata atlântica. Mas o desmatamento tem posto em risco a mata: hoje, segundo o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Cerbma – da CPRH (Cia. Pernambucana dos recursos Hídricos – www.cprh.pe.gov.br), restam apenas 5% da floresta nativa.

A base econômica do Território é a produção de cana-de-açúcar e seus derivados, entre os quais o álcool. A cana-de-açúcar é a cultura hegemônica na Zona da Mata do Estado de Pernambuco. Possui uma grande área plantada.

A cana de açúcar tem sido e ainda é uma atividade economicamente rentável, mas, em contrapartida, tem gerado uma imensa pobreza e exclusão social. Não quero dizer com isso que a cana de açúcar, enquanto lavoura seja responsável pela situação. Mas a forma, o sistema de produção, sim. Alguns estudos têm comprovado que a monocultura tem causado danos ambientais em grande proporção, além de manter a maioria de seus trabalhadores em situação de miséria. Isto porque, além remunerar mal, emprega um grande contingente de pessoas nos períodos de corte, desempregando-os na entressafra. Desta forma, todos os anos a maioria dos trabalhadores fica alguns meses desempregados baixando a média de renda anual.

Ricardo Abramovay que diz que zona da mata de Pernambuco é uma região onde há *“uma dramática monotonia social que acompanha a especialização produtiva baseada na estagnação tecnológica, na depreciação do trabalho e na permanente obtenção de favores fiscais”*. (Abramovay 2002).

As o uso de agrotóxicos, herbicidas, inseticidas e a queima da cana que são práticas antigas ainda muito são responsáveis por parte da poluição do ar e das reservas de água da região que trazem prejuízos tanto para o empobrecimento do solo quanto para a saúde das pessoas que residem e trabalham seja na área rural, seja na área urbana.

Nos últimos 20 anos, muitas mudanças têm acontecido, tanto nos âmbitos tecnológico e econômico, como no político. As mudanças refletem diretamente na dinâmica da monocultura da cana-de-açúcar, seja do ponto de vista da implementação de máquinas como da variedade de cana-de-açúcar plantada.

A monocultura da cana-de-açúcar foi durante muito tempo protegida pelas políticas econômicas dos governos Federal e Estadual. Um dos exemplos bem visíveis é a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA, bem como o “choque” da Indústria Açucareira do

Norte e Nordeste que foi implantado em 1971 a através do decreto 1.186 de 27 de agosto, e a política de paridade de preço, entre as duas regiões (Norte e Nordeste) e a região do Centro Sul.

Mas esta política de preços não foi o suficiente: os sinais da crise continuaram presentes. Pensando em conquistar mercados externos e fortalecer o cultivo que estava crescendo na Região Sudeste, e também para auxiliar na recuperação do setor, em 1975 o governo lança o PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool), cujo objetivo era a produção em larga escala do álcool carburante a partir da cana de açúcar. Esse programa motivou a criação de várias destilarias em Pernambuco. Com ele houve um grande aumento da demanda de matéria-prima. Este Programa teve como resultado, a expansão sem precedente da cultura da cana. Isto eliminou quase todas as lavouras de 'subsistência'. Desapareceram as pequenas propriedades, e houve a expulsão e proletarianização dos 'moradores' das grandes propriedades canavieiras. Tudo isso reforçou mais e mais a concentração de terra e o caráter monocultor. O PROALCOOL vigorou até a metade da década de 1980, atenuando-se a seguir sua influência até o 'desmonte' do Programa, levando a economia canavieira do Estado a mergulhar em profunda estagnação, seguida de decadência a partir de 1989. Esta crise estendeu-se por vários anos, chegando ao seu auge no ano de 1997.

Algumas usinas faliram, outras deixaram moer, provocando impactos na economia de todos os municípios do Território. Dos quase 250.000 assalariados e assalariadas da cana de açúcar na época da safra, restaram 100.000, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE.

Essa quantidade de desempregados e desempregadas levou a categoria à um tensão social permanente. A situação era de fome e, principalmente da falta de perspectivas, "uma coisa é perder o emprego e arranjar outro, a outra coisa é perder o emprego e saber que não tem mais onde trabalhar", conforme disse um trabalhador entrevistado falando daquela época.

1.2 – As primeiras tentativas de implantar outra forma de agricultura

Em Pernambuco desde século XVI até o final dos anos cinquenta não se pensou em outra lavoura, e muito menos em outra forma de se relacionar com o meio ambiente e com as pessoas. Foi somente em 1960 que surgiu um debate sobre a diversificação de cultura no território. É nessa época que surge a tentativa de implantar um projeto de colonização e reforma agrária, que levou a desapropriar, através do decreto no. 532 de 29 de setembro 1960,

5.000 hectares. Destes, 1.600 hectares foram para a implantação do Distrito Industrial e para a expansão residencial da cidade do Cabo de Santo Agostinho, enquanto que cerca de 3.400 hectares foram usados para o parcelamento e venda aos agricultores. (Andrade & Lins, 1984)

Uns anos mais tarde, numa época de crise e tensão social do setor açucareiro, foi sugerido, como solução para o setor sair da crise, a diversificação de cultura – ou seja o fim da monocultura. Nesta segunda tentativa, o governo criou o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terra e de Estimulo a Agropecuária do Norte e Nordeste, através do decreto no. 69.454 de 01 de novembro de 1971, cujo principal objetivo era o de sustar o crescimento da tensão social na zona açucareira (Andrade, 1988:658). Naquele momento havia uma ascendência de grupos que pensaram numa política de “Reforma Agrária parcial consentida”. Nela, as terras ao serem adquiridas para assentamentos rurais eram indicadas pelos proprietários. Em geral, as Usinas também indicavam os produtores a serem assentados, na maior parte administradores, feitores, cabos barraqueiros, moradores, e pequenos fornecedores da Usina/Engenho onde se localizava o assentamento. Essas Terras quase sempre estavam ociosas, e se localizavam em área acidentadas e de difícil acesso (MELO, 1975, p. 266).

A Cooperativa TIRIRI também tentou diversificar as culturas e para este fim comprou terras em vários engenhos que foram divididas em parcelas que tinham entre 7 e 10 hectares. Os beneficiários foram, na maioria, trabalhadores assalariados. A idéia era que as terras deviam ser exploradas 60% com cana de açúcar, e 40% com outras lavouras e a pecuária. Mas esta tentativa não vingou.

1.3 As desapropriações recentes e a influência dos Movimentos Sociais no Território.

Vimos anteriormente que o final dos anos 90 foi de uma crise provavelmente sem precedentes no setor canavieiro pernambucano. O Movimento Sindical de Trabalhadores(as) Rurais (STRs, FETAPE e CONTAG) tomou a iniciativa, conjuntamente com outros movimentos e ONGs, tiveram um papel decisivo no apoio e coordenação das ocupações. Também exerceram pressão sobre os órgãos públicos para que acontecessem os processo de desapropriação e assentamento. Em 1998 foram desapropriados 10.682,53 hectares e assentadas 1.726 famílias assentadas pelo FUNTEPE (Fundo de Terra de Pernambuco).

Hoje, somando as áreas com emissão de posse feita pelo FUNTEPE e INCRA, são 3.792 famílias assentadas em 38.456,76 hectares de terras em Pernambuco que estão sob o

domínio das famílias, por desapropriação, por aquisição de compra facilitada como é o caso do crédito fundiário, mas que possibilita novas perspectivas de produção, de renda e de vida.

2 – A NOSSA PESQUISA

2.1 Os objetivos

O objetivo do trabalho consiste em aprofundar o conhecimento sobre os efeitos que pode ter um assentamento da Reforma Agrária na expansão e fortalecimento da Agricultura Familiar e na economia do Território da Mata Sul de Pernambuco. Queremos investigar e a viabilidade dos assentamentos rurais enquanto estratégia na política de desenvolvimento sustentável.

2.2 As perguntas de pesquisa

Com base nestes objetivos, formulamos as seguintes perguntas para orientar a nossa pesquisa:

- a) Em que medida o assentamento em área de monocultura funciona como estratégia de desenvolvimento Rural Sustentável?
- b) Como a agricultura familiar em assentamento consegue se articular e enfrentar a atividade da monocultura da cana-de-açúcar?
- c) Quais os instrumentos utilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial para que os assentamentos constituam-se em espaços de desenvolvimento?

2.3 Sobre a metodologia

Movidos por essas inquietações, escolhemos centrar a nossa investigação no assentamento Serra D'Água, no município de Rio Formoso, por diversas razões. A primeira foi por ele ser um assentamento sob a responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, com mais de cinco anos de imissão de posse. Também pesou ele estar também no centro da monocultura da cana-de-açúcar.

Para atender aos objetivos propostos, realizamos uma pesquisa que incluiu um levantamento bibliográfico. Foi dada ênfase à leitura de textos que tratam as questões da terra, da agricultura, e da territorialidade, a partir da visão marxista.

Também fizemos uma pesquisa de campo, na qual entrevistamos 35 das famílias assentadas. Para estas entrevistas foi utilizado um roteiro composto de quatro blocos de perguntas, sendo parte aberta e parte semi-fechadas.

Também entrevistamos lideranças sindicais e pessoas de órgãos públicos cujas tarefas estão relacionadas às questões agrárias e agrícolas. Para essas entrevistas utilizamos uma única pergunta, que servia para iniciar a conversa e parti daí o entrevistado podia falar livremente sobre sua experiência e concepções.

Além disto, fizemos observações diretas em visitas ao assentamento (quando se pode ver a da forma de produção), participar das reuniões da associação dos assentados, e participar de muitas conversas informais.

Em síntese, este estudo se compõe da leitura e reflexão a partir de textos científicos vinculados a questão da estrutura agrária do Brasil, das lutas dos trabalhadores da agricultura e dos modelos de desenvolvimento econômico e social. Buscamos confrontar essas leituras com o conhecimento empírico das famílias que vivem no assentamento Serra D'Água sobre sua situação econômica e social atual e anterior ao assentamento, e a realidade social observada historicamente no Território da Mata Sul de Pernambuco.

CAPÍTULO 3 – ASSENTAMENTOS RURAIS DA MATA SUL: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1 Perfil do Assentamento Serra D'água

Nos últimos 20 anos são visível as mudanças ocorridas no mundo, no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco principalmente na região da zona da Mata Sul que compõe um dos Territórios da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, componente do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

Nesta monografia vamos tratar de forma mais específica das mudanças ocorridas no sistema de produção principalmente nos municípios de Água Preta, Amaraji, Barreiros, Catende,

Gameleira, Jaqueira, Palmares, São José da Coroa Grande e Tamandaré com o fechamento de usinas de açúcar a exemplo da 13 de Maio, a Central Barreiros e outras.

A situação de desemprego e falta de perspectiva levou trabalhadoras e trabalhadores à buscarem alternativas para superar as conseqüências do desemprego. O fim da ditadura abriu espaço para ampliar e fortalecera organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, assim novas formas de luta e resistência foram se consolidando, a exemplo da luta pela terra na busca da tão sonhada Reforma Agrária

Vários estudos e pesquisas já foram realizados sobre as mudanças ocorridas e seus impactos na dinâmica produtiva e social da população que compõe o território da Mata Sul de Pernambuco. Um das mudanças estudadas é surgimento dos assentamentos dentro do conhecido processo de Reforma Agrária, que tem desencadeado projetos de assentamentos com intensidade e ritmos diversos, incluindo dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais.

A investigação aqui apresentada trata do Assentamento Serra D'Água no município de Rio Formoso, Mata Sul de Pernambuco, que tem origem legal registrada no processo do INCRA-SR 03, nº 54140.002679/97-11 de 23 de outubro de 1997, tendo como interessado o Banco do Brasil, como forma de liquidação de débitos dos antigos proprietários do Engenho Serra D'Água. O mesmo processo, com data de 04 de dezembro de 1997, decreto 97, e o Auto de Imissão de Posse, pelo INCRA, em 26 de maio de 1998 declara a área de 705.600 hectares do Engenho Serra D,Água de interesse social para fins de desapropriação para reforma agrária.

O Assentamento está localizado no município de Rio Formoso, na microrregião da Mata Meridional Pernambucana e na região de desenvolvimento Territorial da Mata Sul a 90 km da capital de Pernambuco, tem como via de aceso a BR 101 e a PE 60 . Segundo classificação do Governo do estado o município inclui-se no território 7 do PROMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata.

Economicamente o município tem como base a agricultura e a pecuária com uma participação de 37,5 % da geração de renda do município, segundo dados da Secretaria de Municipal da Agricultura. A estrutura fundiária caracteriza-se pela grande concentração de terra como nos demais municípios da zona da mata como podemos observar no quadro abaixo.

TABELA 1 - Estrutura Fundiária do município de Rio Formoso

Grupo por área	Área por hectare (ha)	% de área	Nº de estabelecimentos	% de estabelecimentos
Total	37.941,11	100%	217	100%
Menos de um ha	7,059	, 0%	11	5,1%
1 a menos de 2 ha	21,748	0,1%	12	5,5%
2 a menos de 5 ha	143,806	0,4%	37	17,1%
5 a menos de 10 ha	293,53	0,8%	37	17,1%
10 a menos de 20 ha	261	0,7%	15	6,9%
20 a menos de 50 ha	958,57	2,5%	32	14,7%
50 a menos de 100 ha	1.036,00	2,7%	15	6,9%
100 a menos de 200 ha	2.133,00	5,6%	13	6,0%
200 a menos de 500 ha	6.944,70	18,3%	22	10,1%
500 a menos de 1.000 ha	8.115,07	21,4%	11	5,1%
1000 a menos de 2.000 ha	13.763,74	36,3%	10	4,6%
2000 a menos de 5000 ha	4.262,89	11,2%	02	0,9%
5000 a acima	-----	-----	-----	-----

Fonte: IBGE 2000

A tabela mostra que o número de estabelecimentos com mais de mil hectares representa 12 % do total de estabelecimentos e concentra 47,5 % de toda área do município. Já os pequenos estabelecimentos, com menos de 10 hectares representam uma proporção de 44,8 % do total de estabelecimentos e possuem apenas 1,3 % da área explorada do município. Dentro deste contexto está o Assentamento Serra D'Água com suas potencialidades e limitações.

ASPECTOS FÍSICOS

Áreas levantadas (ha) e uso atual

Áreas levantadas para zoneamento agrícola totalizam 419.70ha, segundo vistoria conduzida pelo INCRA para fins de desapropriação do imóvel.

Tabela 2 - uso atual do solo

Uso atual	Área (ha)	Percentagem (%)
Cana de açúcar	84,53	20,14%
Cana + capim	18,57	4,42%
Capim	109,10	25,99%
Mandioca + capoeira	28,67	6,83%
Mata	94,78	22,58%
Uso múltiplo	84,05	20,03%
Total	419,70	100,00 %

O Zoneamento agrícola foi realizado com aplicação metodológica da Embrapa solos. Na época da desapropriação a infra-estrutura básica do assentamento se resumia a três casas de moradores, incluindo a casa grande, um quilômetro de estrada carroçável ligando a propriedade à PE-60, que é acesso à propriedade, rede de energia monofásica do engenho e 20 quilômetros de estradas internas.

Após a implantação do Assentamento essa infra-estrutura foi ampliada para um rede de distribuição de energia atingindo 30 parcelas, 36 residências e uma estribaria; foram recuperados 2 açudes de médio porte e 26 parcelas têm irrigação.

Para 25 das 36 famílias assentadas as condições de infra-estrutura para é boa, 07 considera regular e para 4 é ruim.

A ampliação da infra-estrutura foi definida pela maioria das famílias assentadas junto com o INCRA-Recife seguindo uma ordem de prioridade.

Tabela 3 - Infra-estrutura por ordem de prioridade

Ordem de Prioridade	Obra
01	2 km de estradas carroçáveis
02	Ampliação da rede de energia para as parcelas
03	Transformação da rede de energia para trifásica
04	7 passagens molhadas
05	Recuperação dos 02 açudes
06	Recuperação da estribaria
07	Construção de casa
08	Construção de entreposto de comercialização
09	Pavimentação de um km de estrada
10	Recuperação da sede da Associação

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A população atual que reside no assentamento Serra D'água é formada por 36 famílias, das quais mais de 80 % são naturais do município de Rio Formoso conforme podemos observar.

Tabela 4 - Origem das famílias Assentadas

Municípios	Nº de Famílias
Barreiros	01
Escada	01
Igarassu	01
Limoeiro	01
Rio Formoso	30
Sirinhaém	01
Vitória de Santo Antão	01

Na organização social do Assentamento apenas três famílias não eram ligadas ao engenho e chegaram ao local por meio dos movimentos sociais, vinte e sete famílias eram moradoras do engenho e sete eram de ex-trabalhadores.

A organização social de maior importância no local é a Associação dos Pequenos Produtores de Serra D'água, da qual participam 29 famílias, vindo em segundo lugar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; apenas uma família tem ligação com o Movimento dos Sem Terra. Isso nos mostra como a cultura latifundiária ainda é presente nessa região e a população tem pouca opção para romper esse ciclo. 77,7% das pessoas entrevistadas declaram que tinham experiência anterior com agricultura e pecuária. No entanto, a experiência com a agricultura está relacionada com a cana de açúcar.

A forma de gestão do assentamento tem seu fundamento no associativismo, porém, dos entrevistados só 02, pouco mais de 5%, declaram que participam ativamente das discussões, 21 (58%) comparecem às assembléias, 12 (33%) formam a diretoria, 31 comparecem regularmente as reuniões e 02 não participam. A maioria das/dos assentados e

assentadas tomam conhecimento das programações e reuniões através da diretoria da associação.

Existem dois grupos produtivos, um composto por cinco famílias que produzem e comercializam, batata doce, hortaliças e milho de forma coletiva; e quatro famílias que produzem peixe. Há também dois grupos religiosos.

Pode-se dizer que a população do assentamento é relativamente jovem. 40% dos moradores se concentra na faixa etária entre 15 e 40 anos, 38 % na faixa etária de 01 a 21 anos na posição de filhas e filhos, o que garante a disponibilidade de mão de obra familiar. Conforme a tabela a seguir.

Tabela 5 - Distribuição da população por faixa etária e posição na família

Posição na Família	5							3							Total
	anos	6	1	1	1	2	2	1	3	4	5	6	7		
	anos	0	1	5	8	2	6	a	6	1	1	a	1	ou	
	anos	0	4	7	1	5	3	5	0	0	0	0	0	mais	
	anos	0	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos	anos		
Agregados		5	4						1				2	12	
Titular na parcela							4	1	7	7	11	6		36	
Esposa/o					1		4	3	4	9	3	1		25	
Filha/o	2	17	20	12	15	14	7	1	5	4				97	
Total	2	22	24	12	16	14	15	5	17	20	14	7	2	170	

Em relação aos de gêneros se ratifica o que já havia sido notada pelo movimento sindical, ou seja, há mais homens que mulheres no campo, 49,5% da população é mulher e 51,5% é homens.

domínio das famílias, por desapropriação, por aquisição de compra facilitada como é o caso do crédito fundiário, mas que possibilita novas perspectivas de produção, de renda e de vida.

2 – A NOSSA PESQUISA

2.1 Os objetivos

O objetivo do trabalho consiste em aprofundar o conhecimento sobre os efeitos que pode ter um assentamento da Reforma Agrária na expansão e fortalecimento da Agricultura Familiar e na economia do Território da Mata Sul de Pernambuco. Queremos investigar e a viabilidade dos assentamentos rurais enquanto estratégia na política de desenvolvimento sustentável.

2.2 As perguntas de pesquisa

Com base nestes objetivos, formulamos as seguintes perguntas para orientar a nossa pesquisa:

- a) Em que medida o assentamento em área de monocultura funciona como estratégia de desenvolvimento Rural Sustentável?
- b) Como a agricultura familiar em assentamento consegue se articular e enfrentar a atividade da monocultura da cana-de-açúcar?
- c) Quais os instrumentos utilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial para que os assentamentos constituam-se em espaços de desenvolvimento?

2.3 Sobre a metodologia

Movidos por essas inquietações, escolhemos centrar a nossa investigação no assentamento Serra D'Água, no município de Rio Formoso, por diversas razões. A primeira foi por ele ser um assentamento sob a responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, com mais de cinco anos de imissão de posse. Também pesou ele estar também no centro da monocultura da cana-de-açúcar.

Para atender aos objetivos propostos, realizamos uma pesquisa que incluiu um levantamento bibliográfico. Foi dada ênfase à leitura de textos que tratam as questões da terra, da agricultura, e da territorialidade, a partir da visão marxista.

Também fizemos uma pesquisa de campo, na qual entrevistamos 35 das famílias assentadas. Para estas entrevistas foi utilizado um roteiro composto de quatro blocos de perguntas, sendo parte aberta e parte semi-fechadas.

Também entrevistamos lideranças sindicais e pessoas de órgãos públicos cujas tarefas estão relacionadas às questões agrárias e agrícolas. Para essas entrevistas utilizamos uma única pergunta, que servia para iniciar a conversa e parti daí o entrevistado podia falar livremente sobre sua experiência e concepções.

Além disto, fizemos observações diretas em visitas ao assentamento (quando se pode ver a da forma de produção), participar das reuniões da associação dos assentados, e participar de muitas conversas informais.

Em síntese, este estudo se compõe da leitura e reflexão a partir de textos científicos vinculados a questão da estrutura agrária do Brasil, das lutas dos trabalhadores da agricultura e dos modelos de desenvolvimento econômico e social. Buscamos confrontar essas leituras com o conhecimento empírico das famílias que vivem no assentamento Serra D'Água sobre sua situação econômica e social atual e anterior ao assentamento, e a realidade social observada historicamente no Território da Mata Sul de Pernambuco.

CAPÍTULO 3 – ASSENTAMENTOS RURAIS DA MATA SUL: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1 Perfil do Assentamento Serra D'água

Nos últimos 20 anos são visível as mudanças ocorridas no mundo, no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco principalmente na região da zona da Mata Sul que compõe um dos Territórios da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, componente do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

Nesta monografia vamos tratar de forma mais específica das mudanças ocorridas no sistema de produção principalmente nos municípios de Água Preta, Amaraji, Barreiros, Catende,

Gameleira, Jaqueira, Palmares, São José da Coroa Grande e Tamandaré com o fechamento de usinas de açúcar a exemplo da 13 de Maio, a Central Barreiros e outras.

A situação de desemprego e falta de perspectiva levou trabalhadoras e trabalhadores à buscarem alternativas para superar as conseqüências do desemprego. O fim da ditadura abriu espaço para ampliar e fortalecer a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, assim novas formas de luta e resistência foram se consolidando, a exemplo da luta pela terra na busca da tão sonhada Reforma Agrária

Vários estudos e pesquisas já foram realizados sobre as mudanças ocorridas e seus impactos na dinâmica produtiva e social da população que compõe o território da Mata Sul de Pernambuco. Um das mudanças estudadas é surgimento dos assentamentos dentro do conhecido processo de Reforma Agrária, que tem desencadeado projetos de assentamentos com intensidade e ritmos diversos, incluindo dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais.

A investigação aqui apresentada trata do Assentamento Serra D'Água no município de Rio Formoso, Mata Sul de Pernambuco, que tem origem legal registrada no processo do INCRA-SR 03, nº 54140.002679/97-11 de 23 de outubro de 1997, tendo como interessado o Banco do Brasil, como forma de liquidação de débitos dos antigos proprietários do Engenho Serra D'Água. O mesmo processo, com data de 04 de dezembro de 1997, decreto 97, e o Auto de Imissão de Posse, pelo INCRA, em 26 de maio de 1998 declara a área de 705.600 hectares do Engenho Serra D,Água de interesse social para fins de desapropriação para reforma agrária.

O Assentamento está localizado no município de Rio Formoso, na microrregião da Mata Meridional Pernambucana e na região de desenvolvimento Territorial da Mata Sul a 90 km da capital de Pernambuco, tem como via de acesso a BR 101 e a PE 60 . Segundo classificação do Governo do estado o município inclui-se no território 7 do PROMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata.

Economicamente o município tem como base a agricultura e a pecuária com uma participação de 37,5 % da geração de renda do município, segundo dados da Secretaria de Municipal da Agricultura. A estrutura fundiária caracteriza-se pela grande concentração de terra como nos demais municípios da zona da mata como podemos observar no quadro abaixo.

TABELA 1 - Estrutura Fundiária do município de Rio Formoso

Grupo por área	Área por hectare (ha)	% de área	Nº de estabelecimentos	% de estabelecimentos
Total	37.941,11	100%	217	100%
Menos de um ha	7,059	, 0%	11	5,1%
1 a menos de 2 ha	21,748	0,1%	12	5,5%
2 a menos de 5 ha	143,806	0,4%	37	17,1%
5 a menos de 10 ha	293,53	0,8%	37	17,1%
10 a menos de 20 ha	261	0,7%	15	6,9%
20 a menos de 50 ha	958,57	2,5%	32	14,7%
50 a menos de 100 ha	1.036,00	2,7%	15	6,9%
100 a menos de 200 ha	2.133,00	5,6%	13	6,0%
200 a menos de 500 ha	6.944,70	18,3%	22	10,1%
500 a menos de 1.000 ha	8.115,07	21,4%	11	5,1%
1000 a menos de 2.000 ha	13.763,74	36,3%	10	4,6%
2000 a menos de 5000 ha	4.262,89	11,2%	02	0,9%
5000 a acima	-----	-----	-----	-----

Fonte: IBGE 2000

A tabela mostra que o número de estabelecimentos com mais de mil hectares representa 12 % do total de estabelecimentos e concentra 47,5 % de toda área do município. Já os pequenos estabelecimentos, com menos de 10 hectares representam uma proporção de 44,8 % do total de estabelecimentos e possuem apenas 1,3 % da área explorada do município. Dentro deste contexto está o Assentamento Serra D'Água com suas potencialidades e limitações.

ASPECTOS FÍSICOS

Áreas levantadas (ha) e uso atual

Áreas levantadas para zoneamento agrícola totalizam 419.70ha, segundo vistoria conduzida pelo INCRA para fins de desapropriação do imóvel.

Tabela 2 - uso atual do solo

Uso atual	Área (ha)	Porcentagem (%)
Cana de açúcar	84,53	20,14%
Cana + capim	18,57	4,42%
Capim	109,10	25,99%
Mandioca + capoeira	28,67	6,83%
Mata	94,78	22,58%
Uso múltiplo	84,05	20,03%
Total	419,70	100,00 %

O Zoneamento agrícola foi realizado com aplicação metodológica da Embrapa solos. Na época da desapropriação a infra-estrutura básica do assentamento se resumia a três casas de moradores, incluindo a casa grande, um quilômetro de estrada carroçável ligando a propriedade à PE-60, que é acesso à propriedade, rede de energia monofásica do engenho e 20 quilômetros de estradas internas.

Após a implantação do Assentamento essa infra-estrutura foi ampliada para um rede de distribuição de energia atingindo 30 parcelas, 36 residências e uma estribaria; foram recuperados 2 açudes de médio porte e 26 parcelas têm irrigação.

Para 25 das 36 famílias assentadas as condições de infra-estrutura para é boa, 07 considera regular e para 4 é ruim.

A ampliação da infra-estrutura foi definida pela maioria das famílias assentadas junto com o INCRA-Recife seguindo uma ordem de prioridade.

Tabela 3 - Infra-estrutura por ordem de prioridade

Ordem de Prioridade	Obra
01	2 km de estradas carroçáveis
02	Ampliação da rede de energia para as parcelas
03	Transformação da rede de energia para trifásica
04	7 passagens molhadas
05	Recuperação dos 02 açudes
06	Recuperação da estribaria
07	Construção de casa
08	Construção de entreposto de comercialização
09	Pavimentação de um km de estrada
10	Recuperação da sede da Associação

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A população atual que reside no assentamento Serra D'água é formada por 36 famílias, das quais mais de 80 % são naturais do município de Rio Formoso conforme podemos observar.

Tabela 4 - Origem das famílias Assentadas

Municípios	Nº de Famílias
Barreiros	01
Escada	01
Igarassu	01
Limoeiro	01
Rio Formoso	30
Sirinhaém	01
Vitória de Santo Antão	01

Na organização social do Assentamento apenas três famílias não eram ligadas ao engenho e chegaram ao local por meio dos movimentos sociais, vinte e sete famílias eram moradoras do engenho e sete eram de ex-trabalhadores.

A organização social de maior importância no local é a Associação dos Pequenos Produtores de Serra D'água, da qual participam 29 famílias, vindo em segundo lugar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; apenas uma família tem ligação com o Movimento dos Sem Terra. Isso nos mostra como a cultura latifundiária ainda é presente nessa região e a população tem pouca opção para romper esse ciclo. 77,7% das pessoas entrevistadas declaram que tinham experiência anterior com agricultura e pecuária. No entanto, a experiência com a agricultura está relacionada com a cana de açúcar.

A forma de gestão do assentamento tem seu fundamento no associativismo, porém, dos entrevistados só 02, pouco mais de 5%, declaram que participam ativamente das discussões, 21 (58%) comparecem às assembleias, 12 (33%) formam a diretoria, 31 comparecem regularmente as reuniões e 02 não participam. A maioria das/dos assentados e

assentadas tomam conhecimento das programações e reuniões através da diretoria da associação.

Existem dois grupos produtivos, um composto por cinco famílias que produzem e comercializam, batata doce, hortaliças e milho de forma coletiva; e quatro famílias que produzem peixe. Há também dois grupos religiosos.

Pode-se dizer que a população do assentamento é relativamente jovem. 40% dos moradores se concentra na faixa etária entre 15 e 40 anos, 38 % na faixa etária de 01 a 21 anos na posição de filhas e filhos, o que garante a disponibilidade de mão de obra familiar. Conforme a tabela a seguir.

Tabela 5 - Distribuição da população por faixa etária e posição na família

Posição na Família	5 a n o s	6 a 1 0 a n o s	1 1 a a n o s	1 5 a a n o s	1 8 a a n o s	2 2 a a n o s	2 6 a a n o s	3 1 a a n o s	3 6 a a n o s	4 1 a a n o s	5 1 a a n o s	6 1 a a n o s	7 1 o u m a i s	T o t a l
Agregados		5	4						1				2	12
Titular na parcela							4	1	7	7	11	6		36
Esposa/o					1		4	3	4	9	3	1		25
Filha/o	2	17	20	12	15	14	7	1	5	4				97
Total	2	22	24	12	16	14	15	5	17	20	14	7	2	170

Em relação aos de gêneros se ratifica o que já havia sido notada pelo movimento sindical, ou seja, há mais homens que mulheres no campo, 49,5% da população é mulher e 51,5% é homens.

ASPECTOS HABITAÇÃO E SAÚDE

Do público assentado trinta famílias moram no assentamento, cinco moram na cidade de Rio Formoso e uma não recebeu crédito habitação e permanece morando na casa que habitava antes da desapropriação.

As casas construídas, em sua maioria, obedecem ao padrão definido pelo INCRA: dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro com instalações e um terraço. As construções são de alvenaria, coberta de telhas de barro e piso de cimento. Trinta dispõem de energia elétrica, o abastecimento d'água é feito através de rede de tubulação geral para dezessete residências e por cacimba para nove.

A maioria dos problemas que comprometem a saúde é atribuído à qualidade da água consumida apesar da maioria considerar que a água é própria para consumo. Em Serra D'Água dezesseis famílias consomem água filtrada, apenas cinco usam água mineral e para outras cinco a água consumida é sem nenhum tratamento.

O acesso ao serviço de saúde para dezenove famílias é feito através dos postos de saúde da cidade. A recorrência a exames e a tratamentos preventivos é comum em vinte famílias, sendo as mulheres que mais procuram exames para prevenção de câncer de colo de útero.

Vinte três famílias não tem diagnóstico de nenhuma doença crônica, e casos de desnutrição foram detectados em apenas quatro famílias; os tratamentos odontológicos são de caráter sistemático para vinte famílias, enquanto que em cinco famílias só os jovens procuram esse serviço e em outras quatro só em caso de urgência.

Para vinte três famílias registra-se a vacinação obrigatória em dia e para nove a vacinação é feita só para as crianças abaixo dos cinco anos.

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER

Os dados sobre Educação formal no assentamento Serra D'Água mostram que de uma população de 170 pessoas 115 (67,6%) cursaram, ou estão cursando, o ensino fundamental; menos de 19% são analfabetos/as o que posiciona os assentados e assentadas um ponto percentual acima do índice geral de analfabetismo do município que é de 20% da população.

Tabela 6 – População assentada por faixa etária e nível de instrução

Faixa etária/ anos	Analfab eto	Funda men tal Menor	Fundame ntal maior	Médio	Superior	Alfabetizado	T O T A L
0 a 5						1	1
6 a 10		17				5	22
11a14		12	12				24
15a17		2	9	1			12
18 a 21	4		9	3			16
22 a 25	4	4	3	3			14
26 a 30	2	6	3	4			15
31 a 35	1	3	1				5
36 a 40	2	9	3	2		1	17
41 a 50	7	8	2	2	1		20
51 a 60	4	7	1	1		2	15
61 a 70	3	4					7
71 ou mais	2						2
Total	29	72	43	16	1	3	170

Na parte estrutural o maior problema registrado é a inexistência de prédio escolar no assentamento. A escola funciona precariamente na sede da associação e atende, apenas, até a quarta série do ensino fundamental; o ensino fundamental dois e o curso médio são feitos no centro do município.

No assentamento funciona também uma turma do PETI – Programa de Erradicação de Trabalho Infantil e uma turma do EJA – Educação de Jovens e Adultos. No que se refere à capacitação profissional, apesar do assentamento ter participado de um programa de capacitação em sistema produtivo, conduzido pela Universidade Católica de Pernambuco, os entrevistados e as entrevistadas declaram que a capacitação não foi suficiente para dominar tecnicamente a implantação dos sistemas produtivos financiados. O conhecimento insuficiente aliado a outros fatores, como liberação de recursos fora de época e falta de investimentos dos governos, comprometeu a produção. Com isso, muitos e muitas dos envolvidos e envolvidas, não conseguiram quitar seus empréstimos com o banco, reduzindo as possibilidades de aumentar a produção e se desenvolver.

Contudo, não é possível definir um traço cultural específico. A proximidade do assentamento com a sede do município contribui para dispersão das pessoas alimentando

hábitos semelhantes aos dos moradores da zona urbana. A televisão é a forma de entretenimento mais comum.

Nas habilidades manuais e artísticas registram-se cinco pessoas com aptidões para artesanato e uma para literatura de cordel.

ASPECTOS ECONÔMICOS - Sistema Produtivo e Comercialização.

O sistema produtivo individual identificado no assentamento está direcionado para culturas alimentares como macaxeira, cana de açúcar, coco, banana, manga, mamão, inhame, etc. e pequenas criações. A cultura de alguns produtos, a pecuária de leite e piscicultura são praticadas e comercializadas coletivamente por algumas famílias.

A comercialização, via de regra, tanto dos produtos de origem agrícola como os da pecuária é praticada no comércio local de forma individual, exceto a batata doce, o milho e as hortaliças que são produzidos por um grupo das cinco famílias que vendem para o supermercado local e para a cidade vizinha de Sirinhaém. O leite é fornecido à prefeitura local para o programa de atendimento às famílias de baixa renda, que entre os beneficiados estão também tem os próprios assentados. A cana de açúcar é cultivada por 60 % dos assentados e assentadas e é fornecida a Usina Cucau, no próprio Município.

A população pouco se beneficia com a concessão de créditos para agricultura. Até agosto 2007 as liberações de créditos limitaram-se aos recursos destinados à elaboração de PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento, aos serviços de topografia, habitação, fomento e alimentação dificultando a expansão e melhora dos produtividade dos agricultores do assentamento. As linhas de créditos não atendem às necessidades produtivas.

Tabela 7 – Créditos concedidos e beneficiários(as)

Natureza	Nº de Beneficiários(as)	Valor Individual(R\$)	Valor total (R\$)
Fomento/alimentação	35	1.425,00	49.875,00
Custeio	36	1.300,00	46.800,00
Habitação	36	2.500,00	90.000,00
Investimento	36	8.200,00	295.200,00
Investimento adicional	32	1.300,00	41.600,00
TOTAL			523.475,00

**TABELA Nº 08
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE
PERÍODO: 2004 e 2007**

FAIXA ETÁRIA	0 – 12 anos	13- 17	18 – 21	25 -59	acima de 60	TOTAL
2004	28	29	08	76	09	150
2007	37	35	17	70	16	175

**TABELA Nº 09
TIPOS DE CASAS**

LOCALIZAÇÃO	CASA/ALVENARIA	CASA / TAIPA	TOTAL
ARRUADO	23	-	23
ISOLADAS	09	04	13
TOTAL	32	04	36

TABELA Nº 10

USO DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO – SERRA D'AGUA

CANA ÁREA	OUTRAS		CERCADOS		MATA		ÁREA LIVRE			
	2004	2007	2004	2007	2004	2007	2004	2007	2004	2007
TOTAL	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ	HÁ
419,70	84,53	68,15	102,72	118,32	127,67	113,62	94,78	94,78	10,00	24,87

A categoria outras inclui: abacaxi, bananeira, batata doce, coco, feijão, inhame, mandioca e milho.

TABELA no. 11
 AGRICULTURA FAMILIAR NO ENGENHO SERRA D'ÁGUA

CULTURA PERIODO	Nº DE FAMILIA		ÁREA TOTAL (há)	
	2004	2007	2004	2007
ABACAXI	-	12	-	6,74
BANANEIRA	11	14	05	18,04
BATATA DOCE	-	13	-	7,94
CANA DE AÇUCAR	18	14	84,53	68,15
COCO	13	21	1,40	4,58
FEIJÃO	-	18	-	17,27
INHAME	-	06	-	3,84
MACAXEIRA/MANDIOCA	31	33	28,67	29,32
MILHO	-	11		14,76

Das famílias entrevistada 13 plantam coentro, cebolinha,quiabo, boldo do Chile, confrei, hortelã,mangiricão,cidreira e outras

TABELA No. 12
CRÉDITOS CONCEDIDOS

NATUREZA DO CRÉDITO	No. DE BENEFICIÁRIOS	VALOR INDIVIDUAL R\$	VALOR TOTAL R\$
FOMENTO/ALIMENTAÇÃO	35	1.425,00	49.875,00
CUSTEIO	36	1.300,00	46.800,00
HBITAÇÃO	36	2.500,00	90.000,00
INVESTIMENTO	36	8.200,00	295.200,00
INVESTIENTO ADICIONAL	32	1.300,00	40.600,00
TOTAL			523.475,00

TABELA No. 13

CRIAÇÃO DE ANIMAIS

NÚMERO DE FAMILIAS	TIPO DE ANIMAL	TOTAL
16	CRIAM BOVINOS	70
08	CRIAM OVINOS	10
22	CRIAM EQUINE/MUARES	25
06	CRIAM PORCO	09
23	CRIAAM GALINHAS	NÃO INFORMADO

TABELA No. 14

NÚMERO DE FAMÍLIAS POR TIPO PELO CRITERIO PRINCIPAL FONTE RENDA

FONTE PRINCIPAL	TIPO DE RENDA	No. DE FAMÍLIAS
PRODUÇÃO AGROPECUARIA	AGRICULTURA FAMILAIR	19
DIÁRIAS/SALÁRIOS	DIARISTA	01
APOSENTADORIAS/PENSÕES/SALARIO MARTENIDADE	INSS	12
PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	BOLSAS FAMÍLIAS	04

ASPECTOS AMBIENTAIS

‘No assentamento Serra D’Água, no que se refere aos aspectos ambientais, dezoito dos/das moradores e moradores entrevistados (as), 50%, compreendem o meio ambiente como ecossistema e que fazem parte dele, 10% consideram que o meio ambiente é formado apenas pelos bens naturais, o restante diz não saber explicar o que é meio ambiente.

Ao serem indagados/as sobre a importância dos bens naturais, 47% das famílias afirmaram utilizar os recursos florestais do assentamento, principalmente a lenha como combustível, 6 % usam plantas medicinais na cura de alguma doença e apenas 2,6 % usam madeiras para construção e mourões para cercas. O uso desses recursos, particularmente a lenha, representa uma economia 47% no uso de gás liquefeitos de petróleo.

As praticas de conservação mais adotadas são replantios e o corte seletivo de madeiras de dimensões mais elevadas. 58,3% reconhece a importância da legislação para preservação dos bens naturais e valorizam a construção do Plano de Ordenamento Espacial.

O plano foi concebido para uma área de 419,70 ha considerando o cumprimento da legislação ambiental, a implantação de infra-estrutura básica, social e produtiva, a agrovila e as áreas de produção individual e coletiva que foram definidas levando em consideração as experiências e capacidade de cada assentado/a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período do curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável e da investigação feita no assentamento Serra D'Água no município de Rio Formoso – PE, foi possível perceber que as concepções sobre desenvolvimento rural sustentável ainda estão longe de ser compreendidas pelos vários atores sociais que atuam nos assentamentos, Sindicato de Trabalhador e Trabalhadora Rural, Secretaria Municipal de Agricultura do Rio Formoso. Isso ocorra, talvez, pela própria complexidade que envolve a temática, pois há várias correntes de pensamentos e linhas que entendem o desenvolvimento rural sustentável mais voltado para as idéias ambientalistas de preservação radical, que limita o uso de todos os bens naturais, sem considerar a importância do papel desses bens naturais na vida econômica, política e social da população rural.

Essa oportunidade de fazer a investigação possibilita compreender que os assentamentos mesmos inclusos em área de monocultura da cana de açúcar, têm desenvolvido um papel importante na diversificação de culturas no território e pode ser uma possibilidade para que as famílias assentadas, construam novas formas de produção, incluam novos tipos de lavouras e novas relações com os sistemas produtivos, o que também pode contribuir para mudanças no modo de vida da população rural e das pequenas cidades onde esses estão instalados.

Mesmo as famílias que cultivam a cana de açúcar têm uma diferença marcante se comparada com vida de assalariado da cana de açúcar. Isso fica bem visível na fala de mais de 50% das pessoas entrevistadas, quando afirmam que depois de estarem no assentamento sentem-se livres.

Um outro elemento que é importante observar é que 70% dos entrevistados dizem que a vida melhorou e que não querem perder as parcelas.

De um modo geral os assentamentos recebem dos órgãos públicos municipais, estadual e federal um tratamento diferenciado do que é dado aos produtores convencionais da agricultura familiar. Porém isso não significa que a atenção recebida pelos assentados é suficiente e por esses estarem dentro da área de monocultura da cana de açúcar, onde por

muito tempo o estado não mantinha nem um serviço de extensão rural, as pesquisas desenvolvidas pela Universidade para região limitava-se à cana de açúcar.

Com a chegada dos assentamentos muitas cooperativas de técnicos foram criadas e algumas estão em funcionamento. O Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata – PRO-MATA, quando foi elaborado na sua primeira versão trazia elementos voltados para suprir algumas das necessidades dessa área, o que não se materializou, sendo retomado agora na terceira versão, e pelas ações impulsionadas pela SDT. Essas ações têm possibilitado novos debates, sobre a agricultura familiar no território numa perspectiva do desenvolvimento rural sustentável trabalhado pela SDT.

A preservação dos bens naturais, bem como sua democratização, a inclusão de práticas agrícolas que não agride o meio ambiente e a segurança de que os envolvidos vão ter condições de sustentar suas famílias, gerar renda e alimentar os sistemas produtivos locais são práticas já existentes no território.

Hoje já existe cinco feiras agroecológicas e todos os produtos comercializados vêm de assentamentos. Apesar desta iniciativa está longe de atender as necessidades de toda a população, isso pode vir a ser uma razão para se pensar em uma política pública voltada para esse tipo de produção.

Nessa perspectiva, os assentamentos tem sido o cenário preferencial apoiado por ONGs e setores do governo para o incentivo à agricultura orgânica e agroecológica onde o cultivo de lavouras em sistemas agroflorestais e lavouras sem agrotóxicos vem ganhando força.

No assentamento estudado a prática da agroecologia é pouca, apenas cinco famílias plantam culturas com uso de defensivos naturais feitos à base de plantas a exemplo do hortelã, manjericão e arruda usadas no combate à algumas pragas.

As famílias assentadas não têm essas práticas devidamente incorporadas porque as escolas, no geral, não incentivam essas práticas, portanto, precisam de um acompanhamento sistemáticos. Porém, o acompanhamento técnico aos assentamentos não tem sido feito de forma contínua mesmo quando se trata do uso das técnicas formais e a linha de atuação da maioria dos técnicos retarda o processo do uso de técnicas agroecológicas.

No estado de Pernambuco a extensão rural tem, praticamente, desaparecido; as organizações de trabalhadores tem colocado em pauta reivindicações que solicitam contratação de técnicos e melhores condições de trabalho, mas sem êxito. Só este ano é que o Governo Federal e estadual sinalizou com um convênio de 10 milhões de reais para o Instituto de pesquisa Agropecuária – IPA.

Os programas de crédito e assistência técnica adequada nos assentamentos parece ser uma necessidade urgente; sem esses instrumentos as áreas talvez não passem, apenas, de um lugar de residência sem perspectivas de qualidade de vida para as gerações futuras.

No assentamento é forte o reconhecimento de vários pais de que os filhos precisam estudar para não viver trabalhando na enxada como eles. Isso pode comprometer o desenvolvimento sustentável e territorial, pois, já é bem visível que a política de emprego na região está longe de garantir a permanência da população na agricultura familiar ou empresarial.

Também se faz necessário um conjunto de ações nos setores de educação, tanto escolar quanto profissionalizante, saúde e infra-estrutura.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir, CINTRÃO, Rosângela - **IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS – UM ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO**. Editora: UNESP

SIDERSKY, Pablo – **AGRICULTURA FAMILIAR UMA OPÇÃO PARA O BRASIL. TEXTOS PARA DEBATE 53**.

ECHEVERRI, Rafael; RIBEIRO, Maria Pilar – **TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 2005**

SCHNEIDER, Sérgio – **ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – TEXTOS BÁSICOS DO CEDRUS**

Publicações – CPRH - Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – 1ª. Edição

SEPLANDS - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata – Governo de Pernambuco, Julho de 2003

PDA –**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO SERRA D'AGUA – INCRA, Recife / FADURP- 2004**

Relatórios de Oficinas de Diagnósticos e Planejamentos do Território da Mata Sul - PE

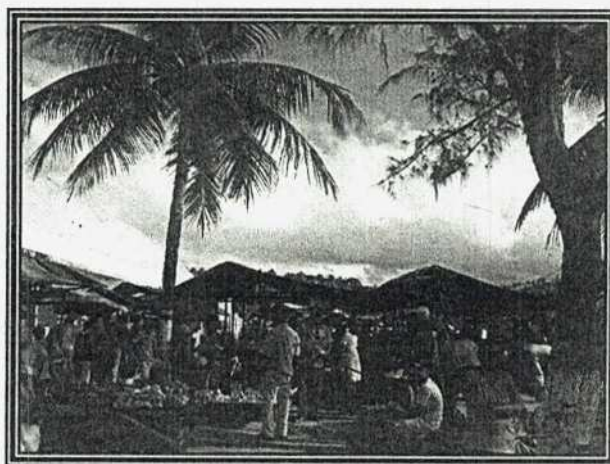
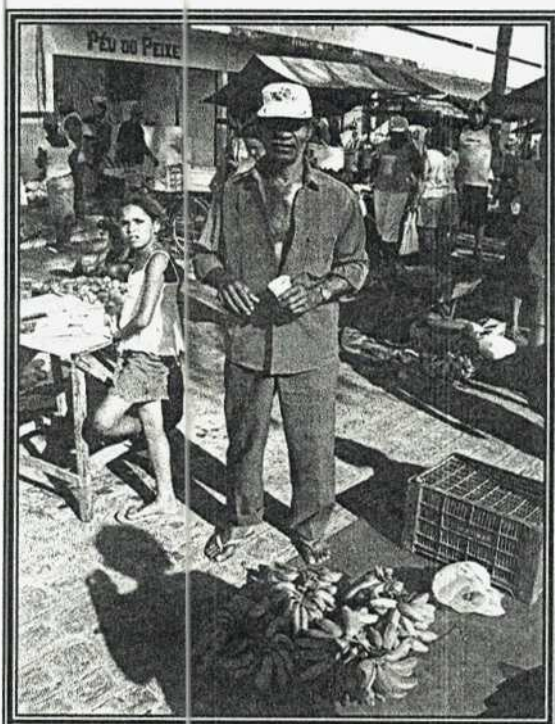
ANEXOS

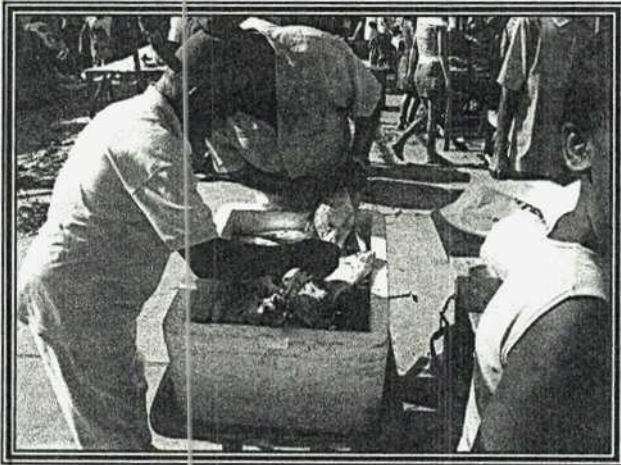
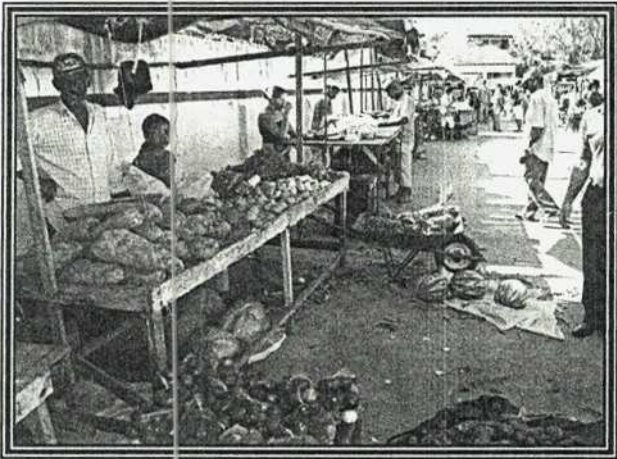
REGISTRO FOTOGRÁFICO

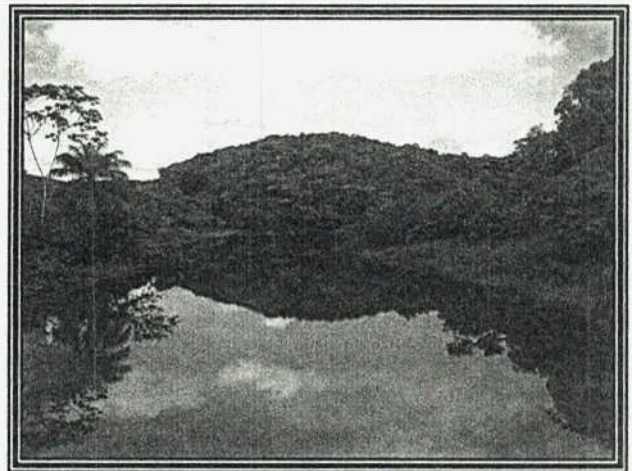
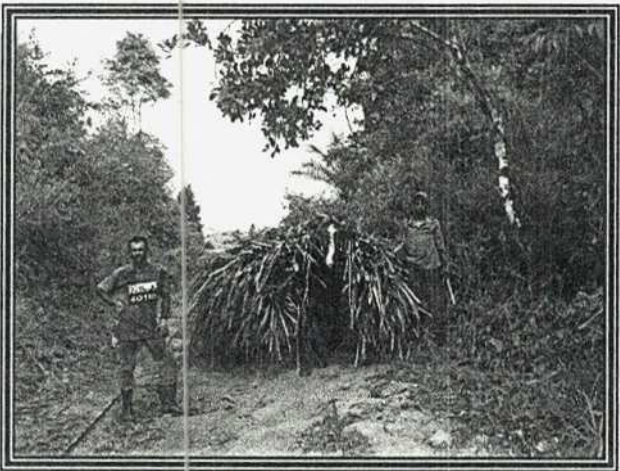
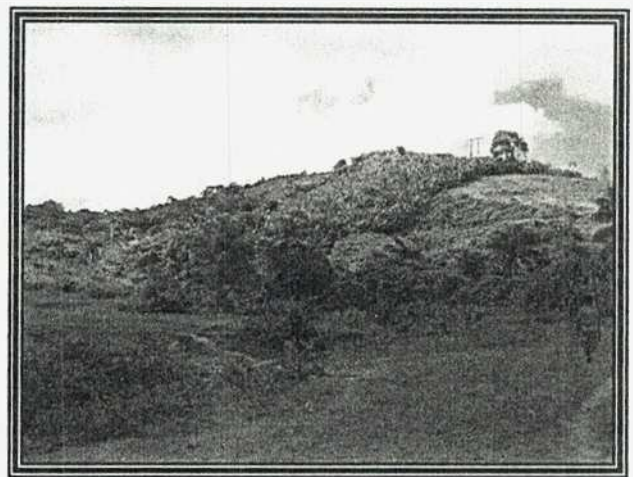
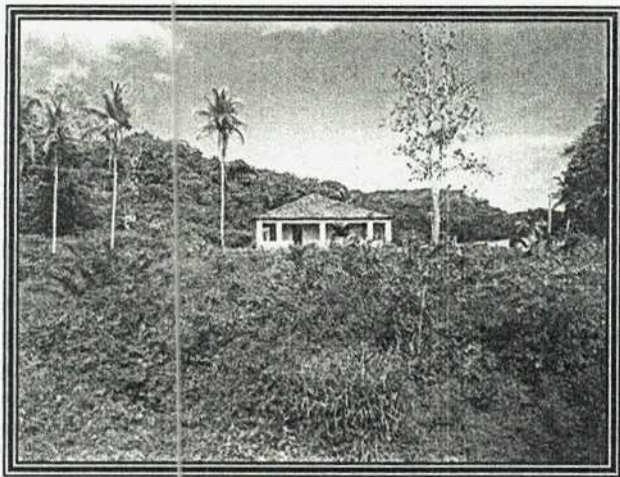


Presidente do STTR – Rio Formoso

Assentados comercializando os produtos do Assentamento - Feira em Rio Formoso







Transporte da cana para o plantio

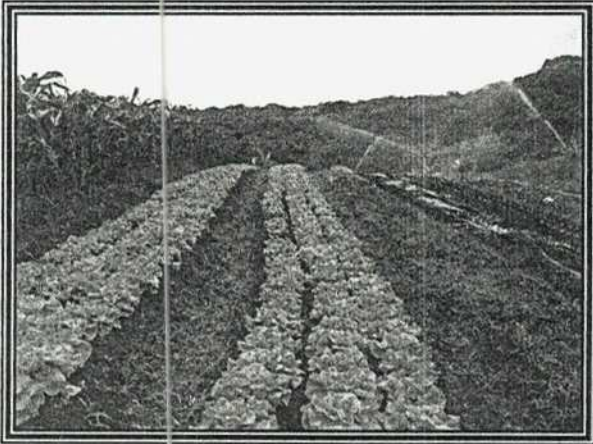
Açude do Assentamento para a irrigação e produção de peixes

Plantio de inhame, feijão, milho, cana
de açúcar, batata doce, coco e
mandioca

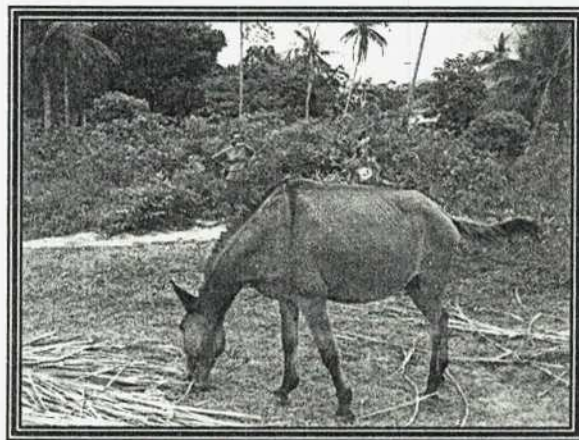
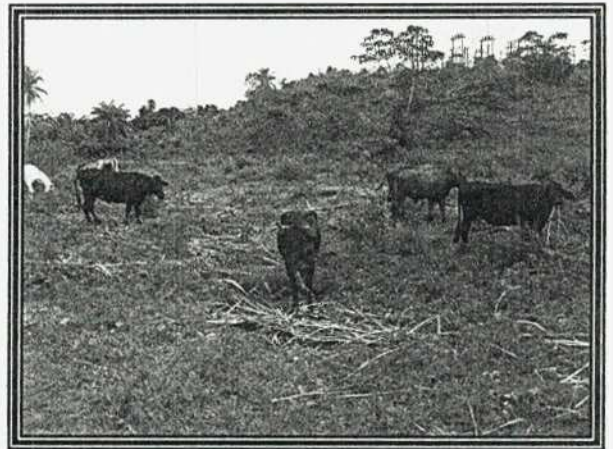




Animais



Plantio de hortas





Casas no Assentamento



Reunião da Associação na Sede
do STTR – Discussão sobre
PRONAF